



Deputados de Rondônia derrubam veto sobre lei Vigilante 24 horas

Vigilantes lotaram Assembleia Legislativa para pressionar parlamentares



Pressão dos vigilantes garantiu derrubada do veto

Por treze votos contrários, deputados estaduais derrubam o veto total do Governador sobre a Lei que garante vigilância armada 24 horas nas agências bancárias, públicas e privadas; bem como nas cooperativas de crédito do Estado de Rondônia. A Lei é de autoria do deputado Hermínio Coelho (PDT) e trará muitos benefícios para a categoria dos vigilantes, abrindo centenas de postos de trabalho em todo estado e garantindo mais segurança para a população.

Foi por muito pouco. Para derrubar o veto do Governador, que alegou inconstitucionalidade na Lei, seriam necessários exatamente treze votos contrários ao veto. O parecer do relator do Projeto, deputado Jesuino Boabaide (PMN), foi a favor da continuidade do Projeto. Colocado em votação,

apenas dez deputados votaram, os demais esvaziaram o plenário da Casa de Leis. Percebendo que poderiam prejudicar a votação, os vigilantes que estavam nas galerias começaram a protestar em voz alta, com cartazes e pedindo apoio dos deputados. Faltando apenas três minutos para o presidente anunciar o resultado, outros três deputados votaram contra o veto. Com o anúncio da derrubada do veto os vigilantes comemoraram.

O presidente do SINTESV/RO, Paulo Tico, que estava presente na ALE, agradeceu o apoio dos deputados que votaram, com destaque para o autor do Projeto, deputado Hermínio. “Quero, em nome de todos os profissionais vigilantes do Estado de Rondônia, agradecer a todos os deputados que nos apoiaram, especialmente o autor do Projeto. Aos meus companheiros que atenderam nosso convite e compareceram na Assembleia Legislativa, protestaram, pressionaram e saímos vitoriosos” comemorou.

O Projeto agora segue para sanção e segundo Paulo Tico, o próximo passo é lutar pelo retorno dos vigilantes nas Escolas Estaduais. Uma reunião será marcada com a diretoria do sindicato para pedir uma Audiência Pública com o Estado para discutir o assunto das escolas.

Fonte: Sintesv/RO

Clemente Ganz Lúcio: A importância dos sindicatos

O projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados promove uma devastação dos direitos trabalhistas, individuais e coletivos. Em apenas duas semanas, os deputados rasgaram o projeto encaminhado pelo poder Executivo e fizeram uma radical mudança no sistema de relações de trabalho, sem qualquer discussão com a sociedade. Alteraram, com a proposta, os instrumentos e regras que regem as relações sociais de produção e a distribuição econômica, construídos em um século de luta social e política.

As mudanças propostas atingem o papel dos sindicatos e a relação deles com os trabalhadores, o processo negocial, os limites do negociado e a relação com a legislação, o conteúdo dos direitos, o papel da justiça. O objetivo é dar ampla proteção às empresas, eliminando obstáculos, como o direito definido em Lei, o sindicato e a Justiça do Trabalho.

O movimento sindical já chegou a debater com empresários e governos mudanças nas relações de trabalho no Brasil, tema pouco tratado no Congresso Nacional. Nas discussões, ficou claro que é fundamental avançar em regras que ampliem a representatividade das entidades sindicais, aumentem a participação direta dos trabalhadores desde o local de trabalho, fortaleçam e ampliem o papel das negociações e dos acordos coletivos (local, setorial, nacional), deem maior celeridade, agilidade e segurança às soluções dos conflitos, entre outros aspectos.

Diversas propostas debatidas poderiam compor um verdadeiro projeto de modernização. A propositura que passou na Câmara, no entanto, visa criar condições institucionais para a redução estrutural do custo do trabalho. Com esse objetivo, quebra os sindicatos, instrumento essencial para a construção dos direitos trabalhistas, proteção dos trabalhadores e promoção de reequilíbrio na correlação de forças entre capital e trabalho.

Inúmeros estudos mostram o papel essencial que os sindicatos tiveram na construção das sociedades modernas, colaborando imensamente para torná-las menos desiguais, com mais direitos sociais e coletivos etc. Há também muitos trabalhos que mostram a rigidez (leia-se proteção) que os sindicatos impõem à queda da taxa de salários.

No Brasil, há atualmente 11.700 sindicatos de trabalhadores, dos quais 8.800 representam os trabalhadores urbanos e 2.900, os rurais. Cerca de 33% estão na região Sudeste, 27% no Nordeste, 23% no Sul, 10% no Centro-Oeste e 7% no Norte. Essas organizações representam cerca de 50 milhões de trabalhadores. Se incluídas a representação patronal e as entidades da estrutura vertical, são cerca de 17 mil entidades, que ocupam aproximadamente 120 mil pessoas.

Esses e outros dados fazem parte da Nota Técnica 177, publicada pelo DIEESE, A importância da organização sindical dos trabalhadores (disponível em www.dieese.org.br).

O estudo mapeia o conteúdo de mais de 56 mil convenções coletivas e 308 mil acordos coletivos de trabalho celebrados entre 2007 e 2017 e mostra que 93% dos instrumentos tratam de questões salariais, como gratificações, adicionais, auxílios; 89% abordam o contrato coletivo de trabalho (admissão e demissão); 87% referem-se às condições de trabalho, normas de pessoal e estabilidade; 89% regulam a jornada de trabalho (duração, distribuição, controle e faltas); 70% tratam das férias e licenças; 85% regulam questões de saúde e segurança; 92% regulam as relações sindicais, além de definirem regras para as negociações, solução de conflito, entre outros.

A história mostra o papel e a importância dos sindicatos. A relevância reconhecida dessas entidades fez da organização sindical um direito humano fundamental, normatizado em várias convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Com o projeto aprovado na Câmara, o Brasil se desconecta e se distancia do processo civilizatório e faz um caminho regressivo rumo aos tempos de escravidão.

Fonte: Rede Brasil Atual

Temer teria comprado silêncio de Eduardo Cunha na prisão, diz reportagem de O Globo

Os donos da JBS, Joesley Batista e o seu irmão Wesley, realizaram, na quarta-feira da semana passada, uma delação premiada no âmbito da Operação Greenfield. Nela, eles teriam contado que gravaram uma conversa telefônica na qual o presidente golpista Michel Temer teria indicado o deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) para “resolver um problema da J&F” (holding que controla a JBS).

Momentos depois, o mesmo deputado foi filmado recebendo uma mala com R\$ 500 mil enviados por Joesley. Temer também ouviu do empresário que estava dando a Eduardo Cunha e ao operador Lúcio Funaro uma mesada na prisão para ficarem calados. Diante da informação, Temer incentivou: “Tem que manter isso, viu?”.

Aécio

O senador Aécio Neves também foi gravado pedindo R\$ 2 milhões a Joesley. O dinheiro teria sido entregue a um primo do presidente do PSDB, numa cena devidamente filmada pela Polícia Federal.

A PF rastreou o caminho dos reais. Descobriu que eles foram depositados numa empresa do senador Zeze Perrella (PSDB-MG).

Repercussões

Para o deputado Zé Carlos (PT-MA), este é um fato sem precedentes na história da política brasileira. “Nunca antes aconteceu um fato tão grave envolvendo um presidente. Se ele [Temer] tiver um mínimo de honra, um mínimo de escrúpulo ou consciência, no máximo amanhã de manhã, ele tem que dizer ao povo brasileiro que lamenta o que fez e entregar a presidência para eleições diretas”, disse o parlamentar.

O deputado federal (PSOL) Jean Willys fez um vídeo ao vivo da Câmara afirmando que “o presidente da Câmara Rodrigo Maia teve que

encerrar a sessão, e a base do governo saiu correndo desesperada. Ou seja, tudo aquilo que nós dizíamos está acontecendo. Dilma não foi deposta pra combater a corrupção, Dilma foi deposta para que esta camarilha de corruptos poupasse seu pescoço, para que essa camarilha de corruptos não fosse condenada”

Para Willys, “a tentativa de criminalizar a esquerda não deu certo, e agora a base do governo está sendo exposta nos seus desvios éticos e morais”.

Em vídeo publicado em sua página do Facebook, a deputada federal Jandira Feghali (PCdoB), se pronunciou também sobre o escândalo: “Nós temos que parar de votar matérias no Congresso nacional, temos que parar a agenda absurda deste governo, e o país tem que fazer eleições diretas imediatamente. É muito grave o que ocorreu, o nível de crise vai se aprofundar muito, não se pode votar mais nada no Congresso Nacional. Tudo agora está sob suspeição”

“Este governo está envolvido de lama até o pescoço, e não por uma ilação, é prova, foi gravado!”, concluiu Feghali.

Planalto nega denúncias

Em nota, o Palácio do Planalto negou a denúncia: “O presidente jamais solicitou pagamento pelo silêncio [de Cunha] e nem autorizou qualquer movimento com o objetivo de evitar a delação do parlamentar (...) O presidente defende ampla e profunda investigação para apurar todas as denúncias veiculadas pela imprensa.”

Fonte: Rede Brasil Atual

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF